

## Companhia Portuguesa do Cobre: do domínio industrial ao embaraço urbanístico

*Hernâni Lamego*

Historiador e Arqueólogo

### Resumo

O presente artigo analisa o percurso traçado pela Companhia Portuguesa do Cobre (CPC), a maior unidade industrial de sempre da cidade do Porto. O retrato histórico foi realizado com recurso à pesquisa documental, disponível em diferentes fontes arquivísticas, e à história oral, através da entrevista a um ex-operário e um ex-administrador da CPC. Trata-se de um ensaio que tem como objectivo perceber o contexto industrial, político e social em que surge a CPC, assim como a forma como a mudança do paradigma político nacional influencia o seu curso, com consequentes impactes a diversos níveis – toda a sua envolvência social, económica, geográfica, arquitectónica, as matérias-primas, os processos de fabrico, as relações e organização empresariais. Terminamos a refletir sobre a forma como esta unidade industrial, que outrora serviu os interesses industriais da cidade, fruto de um processo de desindustrialização e abandono, serve agora a existência de modos de vida alternativos, dominados pela marginalidade, o consumos de drogas e o trabalho sexual.

**Palavras-chave:** Industrialização; Porto; Companhia Portuguesa do Cobre.

### Abstract

This article analyzes the path traced by the Portuguese Copper Company (CPC), the biggest plant ever in the city of Porto. The historical picture was carried out with use of desk research, available in different archival sources, and oral history, through an interview with a former factory worker and a former administrator at CPC. It is an essay that aims to perceive the industrial, political and social contexts in which the CPC is created and expanded, as well as how the changes in the national political paradigm influence its course, with consequent impacts at different levels – all his social background, economic,

geographic, architectural, the raw materials, manufacturing processes, relations and business organization. We conclude it by reflecting on how this plant, which once served the industrial interests of the city, now serves the existence of alternative ways of life, dominated by marginalization, drug consumption and work sexual as the result of a process of 'de-industrialization' and neglect.

**Key-words:** Industrialization; Porto; Portuguese Copper Company.

### **Introdução**

O cobre caracteriza-se sobretudo por ser um metal maleável, dúctil, de cor avermelhada ou alaranjada, que funde a uma temperatura de 1083 °C. Dotado de propriedades físicas e químicas únicas, com tendência para se concentrar em grandes depósitos minerais, o cobre oferece uma feliz panóplia de características que facilitam as sua exploração, que lhe terão permitido, desde a Antiguidade, um enorme protagonismo no desenvolvimento das civilizações. O cobre era o único metal que, quando encontrado no seu estado natural, se adequava à produção de ferramentas e, ainda que de uma forma relativa, era de fácil extracção. Ademais, de todos os minerais que se conheciam, demonstrava-se bom companheiro na elaboração de ligas através de adição de outros metais. Aproveitando-se disso, o Homem antigo fez do cobre e das suas ligas, armas, ferramentas, moedas e adornos.

Mas o cobre nem sempre se mostrou extremamente necessário. Incidindo fundamentalmente na metalurgia do ferro e do aço, a primeira industrialização não lhe conferiu a sua verdadeira dimensão de metal útil. Esse reconhecimento virá somente com a magia da iluminação na época moderna, altura em que o seu elevado poder de condutividade eléctrica e térmica fez dele uma fundamental fonte de energia, apresentando ainda uma grande resistência aos agentes corrosivos.

Em Portugal, a Companhia Portuguesa do Cobre foi a única unidade industrial a trabalhar este metal em grande escala, desenvolvendo um projecto internacional de grande escala produtiva. Neste artigo percorremos historicamente o seu percurso, com o objectivo perceber o contexto industrial, político e social em que surge a CPC, assim como a forma

como a mudança do paradigma político nacional influencia o seu curso, com consequentes impactes a diversos níveis – toda a sua envolvência social, económica, geográfica, arquitectónica, as matérias-primas, os processos de fabrico, as relações e organização empresariais.

### *Considerações metodológicas*

Considerando a surpreendente inexistência de bibliografia sobre a CPC, a nossa investigação incidiu, num primeiro momento, sobre o estudo da documentação referente à Companhia disponível nas instalações do Governo Civil, nas licenças de obra e documentos associados da Casa do Infante<sup>1</sup>, no Arquivo Distrital e Gabinete Municipal do Porto<sup>2</sup> e, ainda, no Museu da Indústria<sup>3</sup>. O facto de não existir qualquer bibliografia sobre a CPC e de alguns documentos se encontrarem sob a alçada dos tribunais portugueses revelara-se desde início um condicionamento, mas o objectivo a que nos propusemos, não deixaria de ser alcançado. Como complemento à pesquisa documental, recorreremos à história oral, realizada por entrevista a dois ex-funcionários da Companhia – um ex-operário e serralheiro, Sr. Castro Almeida, e um ex-administrador, Sr. Acácio Sampaio – e através das quais nos foi possível reunir informações adicionais e cruzar perspectivas sobre o funcionamento da CPC. Enriquecemos ainda estes testemunhos, confrontando os entrevistados com documentos pessoais, fotos e até mesmo uma visita às ruínas da CPC, momento que funcionou como um desencadeador de memórias.

### **Portugal no panorama mundial de produção de cobre nos séculos XIX e XX**

Durante todo o século XIX, uma frota transportou regularmente minério de cobre do Chile e do Peru para Swansea (em Inglaterra), de onde regressava com carregamentos de carvão. O Chile era então o primeiro país produtor de cobre e Swansea um importantíssimo pólo industrial

---

<sup>1</sup>A Casa do Infante é tradicionalmente tida como a casa onde terá nascido o Infante D. Henrique, descobridor português quatrocentista. No actual edifício funciona como núcleo museológico e alberga parte do Arquivo Histórico da Cidade do Porto.

<sup>2</sup> O Gabinete do Município concentra uma panóplia de serviços a nível concelhio e nele se encontra parte do Arquivo Histórico do Porto no que a licenças de construção diz respeito.

<sup>3</sup> O Museu da Indústria do Porto é um dos principais agentes promotores do estudo da industrialização da cidade e dispõe de um centro de documentação alusivo às indústrias do passado distrital.

européu<sup>4</sup>. Todavia, uma grande demanda pelo ácido sulfúrico que grassou na Europa do século XIX e a consolidação da sua obtenção industrial por via piritica<sup>5</sup> despertaram a atenção do exterior sobre as reservas «esquecidas» de minério de cobre no pequeno rectângulo da Península Ibérica.

Em Portugal, S. Domingos, Caveira e Aljustrel<sup>6</sup> viriam a tornar-se três minas de base fundamentais na exploração mineira. Porém, as crescentes exigências relativamente à pureza do cobre – devido às suas aplicações na indústria eléctrica e de telecomunicações – obrigavam a um maior rigor, especialmente nas operações de refinação, pelo que no início dos anos oitenta do século XIX, já somente S. Domingos permanecia em actividade.

Mas o final da década de oitenta do século XIX em Portugal foi também pródigo em acontecimentos para «massas». Por essa altura, o ministro das Obras Públicas António Augusto de Aguiar fomentou o desenvolvimento do ensino comercial e a criação de uma primeira rede de escolas de desenho industrial. Emídio Navarro, sucessor no cargo, seguindo-lhe o impulso, promoveu a maior parte destas à categoria de escolas industriais (e estabeleceu outras) num esforço de criar condições para formar gente para as diversas indústrias locais de norte a sul do país, superando assim críticas antigas de «generalismo» a esse tipo de instrução<sup>7</sup>. As escolas e os institutos assistiram desta forma ao desenvolvimento do ensino; contrataram-se professores estrangeiros para colocar em marcha algumas das disciplinas, tendo sido a electrotecnia introduzida como matéria de estudo, associada à telegrafia; os laboratórios foram melhor apetrechados; «surgiram os laboratórios electrotécnicos, bem como os métodos eléctricos e fotométricos, e as práticas electroquímicas um pouco mais tarde»<sup>8</sup>. O ensino, no geral, conheceu um considerável progresso e a ele acorreu também, de uma forma geral, um número crescente de alunos. O fenómeno era de tal forma crescente que, no ano de 1887, o país viria a assistir à

---

<sup>4</sup> SEMJONOW, Juri – **As riquezas da Terra**. Lisboa: Estúdios Cor. 1940, p. 434.

<sup>5</sup> A pirite é um sulfeto mineral bastante comum. A pirite de cobre dá pelo nome de calcopirite e normalmente surge associado a uma grande concentração de massa deste mineral que por sua vez viabiliza a sua extração para transformação.

<sup>6</sup> A mina de S. Domingos localiza-se no concelho de Mértola, distrito de Beja, no Sul de Portugal. A sua massa piritica permitiu a extração de cobre, ouro e prata desde 1858 até 1965. A mina do Canal Caveira localiza-se em Grândola, distrito de Setúbal e o seu potencial minérico permitiu a exploração de minerais múltiplos desde 1853 até à década de sessenta do século XX. As minas de Aljustrel, concelho pertencente ao distrito de Beja, constituem um complexo minérico em funcionamento desde meados do século XIX e onde ainda hoje se faz extração de minério de cobre e zinco.

<sup>7</sup> CRUZ, Isabel - Das vantagens de não ser precioso: aspectos da exploração e uso do cobre em Portugal (1789-1889) - **Resumo de comunicação ao II Colóquio Internacional Discursos e Práticas Alquímicas**. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 2000.

<sup>8</sup> Ibidem.

Primeira Exposição Nacional das Indústrias Fabris, «evento para o qual Lisboa se preparou com o seu acolhimento na Avenida da Liberdade, o lugar mais nobre de entre todos os lugares da capital. No programa da exposição, a electricidade fez a sua aparição, numa tímida alusão à modernidade»<sup>9</sup>.

Não obstante as suas inúmeras aplicações, foi então a expansão e desenvolvimento do abastecimento público de energia eléctrica que impulsionou a procura de cobre a nível mundial. Para se ter uma ideia – já depois de muitos saltos significativos entre 1880 e 1946 na produção mundial de cobre<sup>10</sup> –, entre 1900 e 1913 (pouco mais de um decénio) a produção de cobre quase que duplicou<sup>11</sup> e, em meados da década de quarenta do século XX, o cobre empregue como condutor eléctrico consumia cerca de metade do valor da sua produção a nível mundial.

Por esta altura, em Portugal, intensificava-se com grande ímpeto o plano hidroeléctrico nacional, deixando para trás os passos hesitantes de uma electrotecnia fortemente apoiada nas empresas estrangeiras, bem como uma indústria que pouco mais fabricava do que lâmpadas eléctricas e material de iluminação, pequenos isoladores de porcelana e acumuladores<sup>12</sup>.

### **A Companhia Portuguesa do Cobre (CPC): a ascensão de um gigante fabril**

É neste contexto que surge a Companhia Portuguesa do Cobre. Pelo alvará nº.6, datado de 9 de Agosto de 1943, foi concedido à *Empresa de Gravação Foto-Mecânica, Lda.* licença «para a montagem da indústria de metalurgia de cobres». Por escritura realizada em 18 de Dezembro desse ano, aquela sociedade era transformada numa sociedade anónima, surgindo, assim, a Companhia Portuguesa do Cobre. Para o mundo físico, a Companhia nasceu com o número de registo 14426 e tinha sede na Rua Pereira Reis, no Porto, mais propriamente no nº. 46 do respectivo arruamento. Escolhera como local para construção das suas instalações fabris o lugar “das Gueifas”, situado entre

---

<sup>9</sup> Ibidem.

<sup>10</sup> Por exemplo, em 1883 a produção mundial ultrapassou a decuplicação da de 1880 (Carré, 1953).

<sup>11</sup> CARRE, P. – **Précis de technologie et de chimie industrielle. Tome deuxième. Les industries des produits minéraux.** Paris: Librairie J. –B.Baillière et Fils, Éditeurs, 1953.

<sup>12</sup> SEMJONOW, Juri – **As riquezas da Terra.** Lisboa: Estúdios Cor. 1940, p. 437.

Contumil e S. Roque, na freguesia de Campanhã, à margem da linha dos caminhos-de-ferro. A 4 de Janeiro de 1944 reunia, pela primeira vez, o Conselho de Administração, presidido por Luís Santos Monteiro e com a presença dos administradores Engenheiro Luís Delgado Santos e António Ferreira da Costa. No elenco do primeiro Conselho Fiscal figuravam ainda os nomes de Manuel Pinto de Azevedo<sup>13</sup>, Manuel Caetano de Oliveira e Sobral Mendes. Em Junho desse ano estava aprovado o projecto do edifício destinado à nova fábrica, tendo sido emitido o seu primeiro alvará de construção, com o n.º. 243 de 1947, permitindo utilização das futuras instalações a partir de 2 de Outubro do mesmo ano<sup>14</sup>.

A fundação da nova Companhia acontecia, então, em momento oportuno da vida económica da nação portuguesa, indissociavelmente ligada ao plano nacional de electrificação, mas também numa altura em que se planificaram as bases para lançar o novo parque industrial português – com o objectivo de fornecer a indústria de tudo quanto fosse cobre, alumínio e ligas, nomeadamente latão.



**Fig. 1** – Fachada principal das instalações sociais na década de sessenta.<sup>15</sup>

---

<sup>13</sup> Manuel Pinto de Azevedo foi um dos mais bem sucedidos industriais e empresários portugueses, em atividade durante a primeira metade do século XX até ao seu falecimento em 1959. Natural da cidade do Porto promoveu de forma inigualável o crescimento industrial da cidade, destacando-se no sector dos têxteis.

<sup>14</sup> Informação obtida no Arquivo Municipal do Porto - licenças de obras n.º 264/44 e 521/44.

<sup>15</sup> Informação obtida no Arquivo Municipal do Porto - licença de obras n.º 628/1972.



**Fig. 2 e 3** - Esquerda: Fotografia aérea de 1939 que patenteia a inexistência da CPC. Direita: Fotoplano de 1958 onde já são visíveis as instalações.<sup>16</sup>



A sua relevância no plano nacional foi também reconhecida pelo Estado Novo<sup>17</sup> que, considerando a actividade da Companhia Portuguesa do Cobre «de interesse nacional»<sup>18</sup>, desde logo acarinhou a iniciativa, concedendo-lhe condições para que pudesse enfrentar a concorrência das indústrias congêneres estrangeiras – algumas já centenárias, impostas e creditadas por uma história industrial –, garantindo-lhe o seu amadurecimento técnico e a sua independência económica. Este “apadrinhamento” fez-se, também, particularmente através do Professor Engenheiro Ferreira Dias, à época Subsecretário de Estado do Comércio e Indústria, que acolheu a iniciativa com entusiasmo e nunca faltou com o seu apoio. Um apoio bem patente, por exemplo, nas visitas de estudo que,

<sup>16</sup> Reproduções do registo fotográfico aéreo levado a cabo pelos serviços de Cartografia do Exército Português em 1939 e 1958 obtidas na Casa do Infante.

<sup>17</sup> O Estado Novo foi um regime ditatorial de carácter fascista que vigorou em Portugal desde a aprovação da Constituição Portuguesa de 1933 até à Revolução de 25 de Abril de 1974.

<sup>18</sup> CRUZ, Isabel - Das vantagens de não ser precioso: aspectos da exploração e uso do cobre em Portugal (1789-1889) - **Resumo de comunicação ao II Colóquio Internacional Discursos e Práticas Alquímicas**. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 2000.

anualmente, fazia com os seus alunos às instalações da Companhia, onde se podiam ver, entre outras, tecnologias de: fundição; corte e extrusão; produção de fio de máquina de cobre, alumínio e liga de alumínio por vazamento contínuo e laminagem; trefilagem de cobre, latão e alumínio; cableagem de cobre, alumínio, alumínio-aço e liga de alumínio; laminagem de chapas e fitas de cobre e de latão; electrolise; estiragem de barras, cavilhas, perfis e tubos de cobre e latões.

A CPC lançava-se, portanto, corajosamente e disposta a ganhar, para o Portugal, a posição que viria historicamente ocupar na metalurgia do cobre: a de única unidade industrial a trabalhar este metal em grande escala e a desenvolver um projecto de fabrico à escala internacional, num projeto que durou mais de cinquenta anos e que marcou a indústria portuense da segunda metade do século XX.

### *Crescimento , expansão e prestígio*

Com a aquisição das primeiras matérias-primas em 1946 (450 toneladas de cobre) e a ascensão do capital social para 10.000.000\$00<sup>19</sup>, estavam criadas as condições para que em, Março de 1947, arrancasse a secção de extrusão<sup>20</sup> e, Junho do mesmo ano, já se trabalhasse para a venda ao público e se expedissem os primeiros produtos fabricados pela CPC.

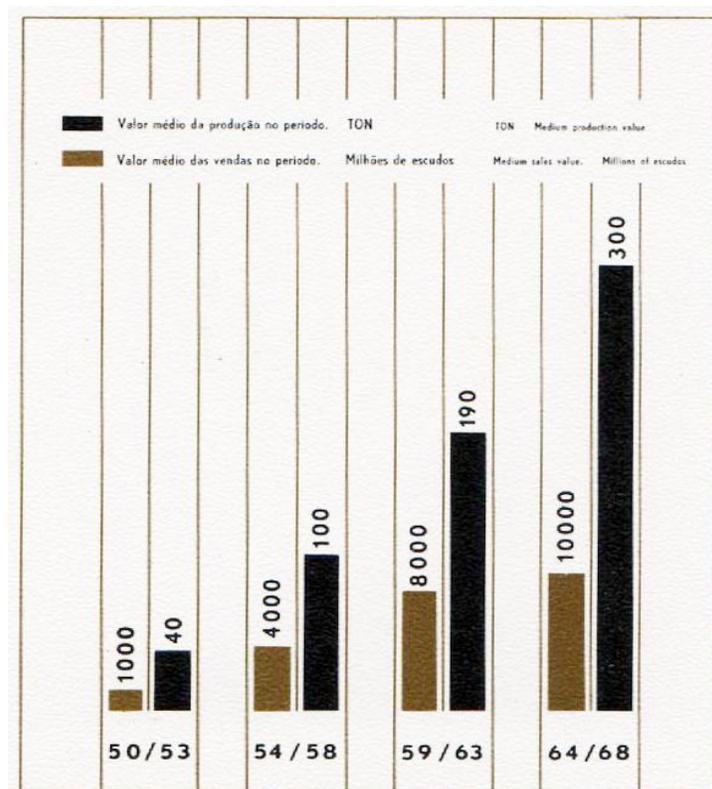
Mas no ano de 1948 tomaram-se ainda decisões de maior relevância, com a entrada de novos accionistas: a Companhia União Fabril e o grupo francês constituído pelas *Tréfileries et Laminoirs du Havre, Compagnie Générale du Duraluminet du Cuivre, Compagnie Française des Métaux et L'Aluminium Français*. Com igual destaque se fazia sentir a presença de nomes como Manuel Pinto de Azevedo e de D. Manuel de Mello<sup>21</sup>, ilustres que dando o seu patrocínio a inúmeras iniciativas, encorajaram a formação de novos corpos gerentes.

---

<sup>19</sup> Em Dezembro de 1945 o capital da empresa era de 8.000.000\$00. (Arquivo Municipal do Porto - licenças de obras nº 521/1944 e 231/1949 com alvará 243/1947).

<sup>20</sup> Com a entrada em serviço de uma Prensa de 1.100 toneladas, a primeira do género montada em Portugal (Arquivo Municipal do Porto - licença de obras nº 521/1944 e 231/1949 com alvará 243/1947).

<sup>21</sup> D. Manuel de Mello foi um importante empreendedor português de ascendência aristocrática que se destacou em meados do século XX.



**Gráfico 1** – Valores médios de produção (em toneladas - a preto) e vendas (em milhares de escudos - a castanho) entre 1950 e 1968.<sup>22</sup>

<sup>22</sup> COMPANHIA PORTUGUESA DO COBRE – 25 anos da Companhia Portuguesa do Cobre – Brochura Informativa. Porto: Simão Guimarães, Filhos, Lda, 1969.

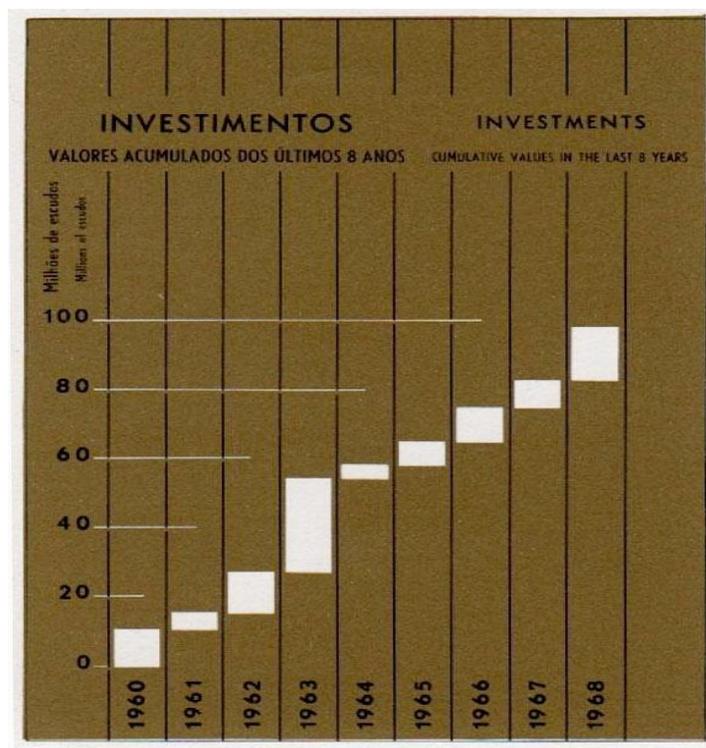


Gráfico 2 – Investimentos da CPC em milhares de escudos (1960 - 1968).<sup>23</sup>

Com crescente aceitação dos produtos nos mercados nacional e internacional (a produção ultrapassou, pela primeira vez, as 200 toneladas semanais [Fig. 4] e conseguiu-se um índice de produtividade com valores significativos – *vide* Gráfico 1), as décadas de cinquenta e sessenta foram ainda marcadas por sequentes aumentos de capital. A constante evolução através de investimento em mais produção e melhor tecnologia resultou num quase sistemático aumento das instalações. Reflexo do sucesso da Companhia durante estas duas décadas, destacam-se momentos como a entrada no *International Wrought Non Ferrous Metals Council*, em 1951, figurando entre as empresas fundadoras; a colaboração, em 1957 e 1961, nas primeira e segunda fases de electrificação da Companhia dos Caminhos-de-ferro Portugueses; e a participação, em 1967, em Portugal, na Assembleia-geral do *International Wrought Non Ferrous Metals Council*, com elevada representação, traduzindo-se na recepção de 175 delegados representando 47 firmas de 13 países da Europa Ocidental (Fig. 5).

<sup>23</sup> Ibidem.



**Fig. 4** – Imagens de material para exportação no Porto de Leixões<sup>24</sup>



**Fig. 5** – Chegada dos delegados ao Aeroporto de Pedras Rubras (hoje, Francisco Sá Carneiro)<sup>25</sup>

O prestígio da firma dava garantias de trabalho a populações oriundas do Porto, Gondomar, Marco de Canaveses, Paredes, Penafiel, Régua, servidas pela linha de comboio; numa fase mais tardia os funcionários eram maioritariamente da área envolvente da Companhia (Campanhã, no Porto, e Rio Tinto, em Gondomar), que chegou a atingir 760 funcionários. Numa primeira fase, os dormitórios para os operários que vinham de longe situavam-se num edifício junto ao café Brasília<sup>26</sup>; mais tarde, com o alargamento das instalações numa parcela de terreno entretanto adquirida pela Companhia, os dormitórios passariam a localizar-se na «casa velha» (Fig. 6), um pequeno casal do século XIX devidamente recuperado para este fim. Os operários serviam-se com frequência dos

<sup>24</sup> COMPANHIA PORTUGUESA DO COBRE – 25 anos da Companhia Portuguesa do Cobre – **Brochura Informativa**. Porto: Simão Guimarães, Filhos, Lda, 1969.

<sup>25</sup> Ibidem.

<sup>26</sup> Café situado na freguesia de Campanhã, na cidade do Porto, entretanto já extinto.

balneários na sua totalidade, chegando a tomar banho depois do serviço, uma vez que muitos lá encontravam melhores condições do que as que possuíam nos seus lares.



**Fig. 6** (acima) – Dormitórios da casa velha; foto  
Autor: Hernâni Lamego.



**Fig. 7** (à direita) – Instalações sociais na  
de sessenta.<sup>27</sup>

2007.

década

Em época de regime salazarista e de diferenciação em relação à classe operária, os trabalhadores muniam-se de marmitta e faziam as suas refeições num espaço separado dos administradores. Uma situação só revertida após o 25 de Abril de 1974, com a construção de um refeitório amplo, que incluía uma cozinha, mas que continuava a separar os trabalhadores dos administradores, estes que faziam as suas refeições num piso superior, de onde podiam observar os operários (Fig. 7) – permanecendo assim os valores fascistas. Mais tarde, a Companhia acabaria por ceder o

<sup>27</sup> COMPANHIA PORTUGUESA DO COBRE – 25 anos da Companhia Portuguesa do Cobre – Brochura Informativa. Porto: Simão Guimarães, Filhos, Lda, 1969.

espaço a uma empresa, que passou a prover as refeições, descontadas nos ordenados. Relativamente aqueles que usufruíam dos dormitórios, também estes pagavam um valor simbólico. Como empresa que empregou famílias inteiras durante décadas, a CPC fortalecia as relações de trabalho permitindo que fossem realizadas festas de Natal entre os operários e as suas famílias.

### *O processo produtivo*

O sucesso da CPC explicava-se assim pelo fabrico de excelência qualidade, que se traduzia na aceitação plena do produto pelo cliente e no facto dos seus serviços especializados lhe dedicarem especial atenção. Uma tarefa que envolvia todo o pessoal e uma preocupação permanente com a utilização de novas técnicas e novos processos, com um esforço constante de prevenção de defeitos.

A maquinaria era maioritariamente importada de Inglaterra, França e Alemanha e os metais, chegados do Chile, Brasil e Zaire por barco ao porto de Leixões (distrito do Porto), seguiam em camiões até às instalações fabris da Companhia, que por sua vez encomendava estes serviços a empresas particulares de transporte de materiais. Em tempos ter-se-á chegado mesmo a pensar na apresentação de um projecto aos Comboios de Portugal (CP)<sup>28</sup>, de modo a que os materiais chegassem por comboio mas, apesar dos terrenos da companhia terem a linha de comboio como fronteira a norte, nunca se chegou a bom porto. Uma vez depositados nos *Armazéns de Matérias-Primas*, que também albergavam sucata para reaproveitamento de cobre, os metais circulavam pelas diversas secções através de tapetes rolantes, elevadores e pontes aéreas. O processo produtivo era corporizado por homens, com excepção para o laboratório de ensaios químicos e secção de lapidários, composto somente por mulheres (Fig. 8, 9 e 10).



Fig. 8 - Foto de Acácio Sampaio, ex-administrador da CPC.

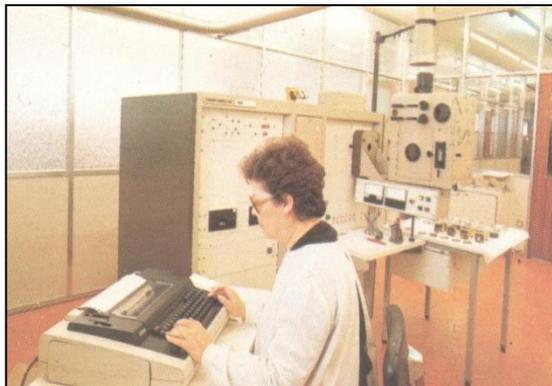


Fig. 8 e 9 – Esquerda – Laboratórios de físicos na década de cinquenta.. Direita:

ensaios  
Mulheres  
trabalham  
nos  
laboratóri  
os da  
CPC nos  
anos  
sessenta.  
29

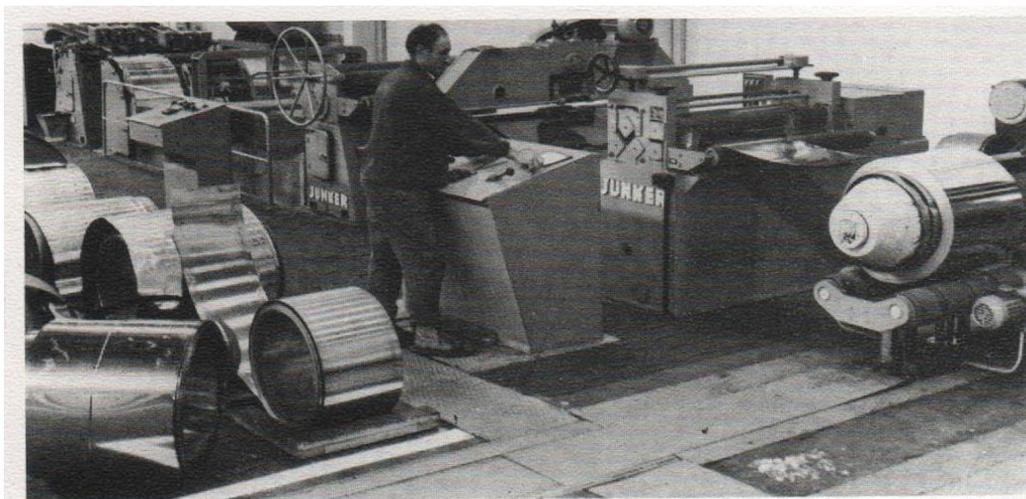


Fig. 10 – Laminagem de fita na década de cinquenta.<sup>30</sup>

<sup>29</sup> COMPANHIA PORTUGUESA DO COBRE – 25 anos da Companhia Portuguesa do Cobre – Brochura Informativa. Porto: Simão Guimarães, Filhos, Lda, 1969.

<sup>30</sup> Ibidem.

Como forma de facilitar os processos de fabrico, as pontes transportavam o material de umas secções para as outras e existiam túneis subterrâneos que atravessavam todo o complexo fabril. Inclusive, numa fase mais tardia, um túnel estabelecia ligação entre os pavilhões e os escritórios, do outro lado da Estrada da Circunvalação<sup>31</sup>. Como organização consciente das suas responsabilidades sociais e económicas, a CPC tinha, como cuidado fundamental, o seu aperfeiçoamento técnico, dando atenção especial ao estudo de planos de reapetrechamento, para que os produtos do seu fabrico não só pudessem corresponder em qualidade, mas também serem produzidos a mais baixos custos de produção, pois só dessa maneira se poderia esperar a promoção do seu pessoal.

Enquanto organização, a CPC concebia-se como uma burocracia mecanicista. Devido à sua enorme dimensão estruturou-se de forma a funcionar como se fosse uma máquina bem integrada e regulada, pelo que tudo estava estandardizado. Desde as responsabilidades, as qualificações e certificações, os canais de comunicação e o trabalho, tudo amplamente definido numa linha hierárquica. No topo estratégico da organização, a estrutura administrativa estava também ela muito bem definida, pelo que, num sistema de fluxos de informação regulado, desciam decisões e subiam resultados. Neste tipo de organização a grande preocupação da administração era a afinação da máquina burocrática e dos chamados quadros técnicos, estando orientada para o melhoramento dos desempenhos. No centro operacional o processo de trabalho rotineiro e em função da produção exigia um fluxo de trabalho altamente racionalizado, cujas tarefas se caracterizavam por ser simples e repetitivas. Sendo que a sua coordenação era elaborada por programadores de fabrico e executado sob a orientação dos encarregados de secção, numa formalização exigida dos comportamentos como parâmetro chave em unidades operacionais relativamente grandes.

O sistema técnico era moderadamente sofisticado, na medida em que exigia o cumprimento rigoroso das especificações técnicas impostas pelas normas de estandardização, como por exemplo a norma nacional NP, a norma inglesa BS, a alemã DIN ou a americana ASTM. Numa cadeia operacional segmentada em compras,

---

<sup>31</sup> Com a expansão da unidade de produção e a falta de espaço disponível para construção, em 1972 foi construído um prédio do outro lado da Estrada da Circunvalação para que lá funcionassem os novos escritórios (Licença de obra 628/72 do Arquivo Municipal do Porto).

armazenagem de matérias-primas, fabrico, armazenagem de produtos fabricados e Vendas, a CPC era responsável por todo o processo, desde os aprovisionamentos até à inspeção final, onde eram aplicadas técnicas de alto nível assistidas por meios de controlo em todas as fases do fabrico dos produtos.

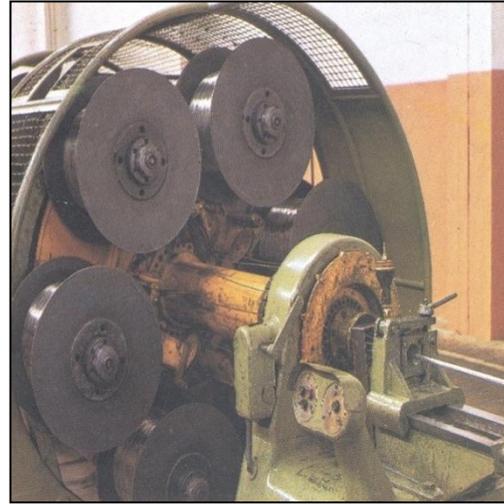
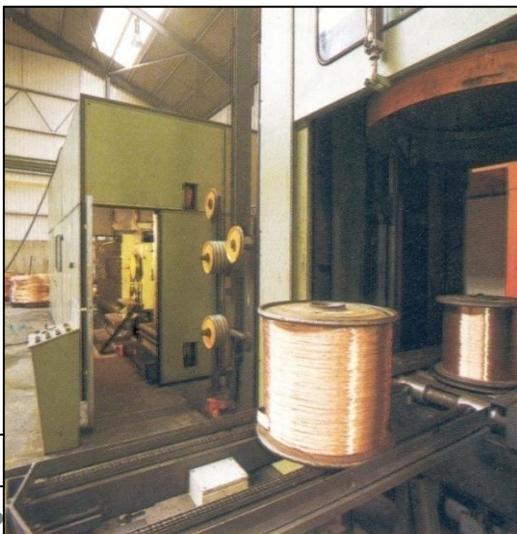


Fig. 11 e 12 – Temperas e maquinaria de trefilagem.<sup>32</sup>



Do

991.  
SN

5 -

Fig. 13 e 14 – Tapete com bobine de fio de cobre e máquinas de estiragem.<sup>33</sup>

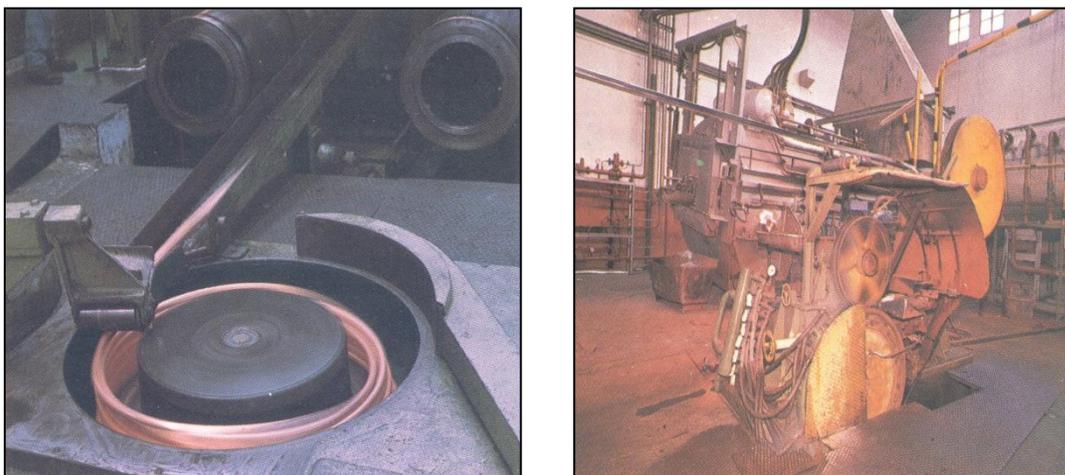


Fig. 15 e 16 – Sistema *dip forming* e maquinaria das feiras.<sup>34</sup>

### *A queda de um gigante: a revolução, os novos mercados e a (verdadeira) competitividade*

A contrastar com a grande evolução, prosperidade e sucesso que caracterizaram os seus primeiros 25 anos da fábrica, as décadas de setenta e oitenta marcaram o período de maiores dificuldades da CPC.

Em 1974, já se encontrava integrada na CUF, mais propriamente no quadro das Indústrias Químicas. Em certa medida dependente do exterior no que respeitava ao abastecimento da matéria-prima, a CPC acompanhou com particular interesse, em finais da década de setenta e inícios da década de oitenta as descobertas dos ricos jazigos das Minas de Neves-Corvo<sup>35</sup>. Com perspectivas tão prometedoras, a Companhia ousou ambicionar a posse do sistema completo da cadeia de produção deste metal, desde a extracção da matéria-prima até ao produto acabado. No entanto, na realidade, o seu mercado de

<sup>33</sup> Ibidem.

<sup>34</sup> Ibidem

<sup>35</sup> A mina de Neves-Corvo situa-se no concelho de Castro Verde, distrito de Beja. Em 1966 o Serviço de Fomento Mineiro iniciou uma série de campanhas de prospecção geofísica. Após desistência por parte do SFM e insistência de um grupo privado, em 1977 identificou-se um jazigo mineral de grande valor. Em 1981 iniciou-se a construção de infraestruturas mas só em 1989 se daria início à extracção de cobre e zinco. Hoje é propriedade de um grupo canadiano e ainda se encontra em actividade.

matérias-primas encontrava-se centralizado em Londres, no *London Metal Exchange* (LME), e os principais produtores que dominavam o mercado mundial estavam na América Latina (Chile) e em África (Zaire). A refinação fazia-se em outros países e, no que respeita ao destino dos seus produtos, a CPC, que havia assumido um projeto de dimensões internacionais, exportava por esta altura sobretudo para os mercados da Suécia e Espanha.

No entanto, se é verdade que a produção da Companhia continuava a crescer nos anos setenta, não é menos verdade que esse crescimento nem sempre foi sinónimo lucro económico. Na realidade, parece ficar a certeza de que no início da década de setenta a CPC deveria ter investido numa linha de produção mais completa ao invés de um maior volume de produção. Por outro lado, a aproximação à sustentabilidade do desenvolvimento económico só se consegue otimizando a utilização dos recursos, sejam energéticos ou materiais. Isto pode-se traduzir numa vantagem competitiva e determinante para se vingar nos mercados do mundo industrial, como chegou a ambicionar a CPC.

Além disso, a prevenção da poluição implica, nomeadamente, a utilização criteriosa das matérias-primas, a eficiente utilização energética e a reutilização, sempre que tecnicamente possível, dos fluxos gerados durante o processo, em alternativa ao seu tratamento final. Porém, a CPC eliminava estes resíduos queimando-os, noite e dia a céu aberto, num espaço a que chamavam “a lixeira”, ou ainda canalizando-os para os esgotos que ainda hoje se mantêm. Existia um tipo de betoneira na margem da lixeira que sacudia o cobre e o separava das cinzas (depois vendidas ao “rêgo” para adubagem dos terrenos agrícolas de S. Roque, Contumil e Rio Tinto).

Acresce que a Companhia terá tomado uma série de decisões menos felizes do ponto de vista económico-financeiro nos finais dos anos oitenta e princípios da década de noventa, investindo largas quantias de capital sem grandes resultados. Através da última licença de obra da Companhia, datada de 1986, podemos constatar um enorme investimento financeiro através da construção de três amplos pavilhões e renovação da sua fonte de subestação, que por sua vez terá passado de 15 kV para 60 kV, projeto levado a cabo pela *EFACEC – Empresa Fabril de Máquinas Eléctricas, SA*, «tendo em vista não só o

problema da economia resultante da tarifa aplicável como uma maior eficiência e segurança de exploração»<sup>36</sup>.

Todavia, a inviabilidade económica de exploração face ao novo cenário macroeconómico, com a adesão à então Comunidade Económica Europeia, e a consequente livre circulação de mercadorias e abolição das fronteiras nacionais, terão estado na origem da falência da CPC. A empresa não se preparou em tempo para o mercado emergente. Em 1991 fizeram-se investimentos que se revelariam desastrosos e marcariam o início do declínio da Companhia, apontando-se números “na ordem das centenas de milhares de contos”. No ano seguinte os trabalhadores começariam a ter sinais de que algo corria mal na empresa, registando-se então os primeiros atrasos no pagamento de salários. Em Dezembro de 1997 parou a produção, mas só em Julho de 1998 seria decretada falência.

No sector fabril «uma boa parte ter-se-á reformado. Outros terão encontrado novos empregos»<sup>37</sup>. Entre materiais pilhados, muitos outros foram aproveitados como foi o caso de pedra para construção de outras estruturas em outros locais. Também as máquinas estiveram para ir a leilão, mas empresários industriais gregos deslocaram-se território português com o objetivo, de resto alcançado, de comprarem toda a maquinaria. Mais tarde acabariam por vende-la parcialmente a algumas a empresas portuguesas, como foi o caso da *Cabelte*.

---

<sup>36</sup> Licença de obra 135/86 do Arquivo Municipal do Porto.

<sup>37</sup> Informação obtida em entrevista a Castro Almeida, um dos últimos funcionários a deixar a CPC.

## Do fulgor ao abandono: o esvaziamento industrial e as suas apropriações

*“Para-se o carro na berma da Estrada da Circunvalação, no Porto, e não é difícil encontrar o carreiro que conduz às ruínas da antiga Companhia do Cobre. (...) Ultrapassada a fachada do edifício, o cenário é assustador lixo, seringas, muitos pneus, peças de automóveis e um poço profundo, cheio de água imunda, mas sem qualquer protecção. Ao lado, um colchão e uns plásticos sujos. Grande parte da fábrica já foi arrasada, mas subsistem alguns recantos protegidos, que servem de casa para sem-abrigo, marginais, toxicodependentes.”*

(Reis Pinto, Jornal de Notícias, 27 de Fevereiro de 2006)

Considerando a preponderância da cidade como resultante da elevada concentração de instalações e actividades (comerciais, industriais, financeiras e administrativas), linhas de comunicação e equipamentos da mais diversa ordem<sup>38</sup>, facilmente se percebe que o encerramento desta unidade fabril constituiu o último grande golpe na já débil realidade produtiva da cidade. Mas a Companhia Portuguesa do Cobre não foi «apenas» a única empresa a fundir cobre em larga escala em Portugal. A CPC marcou também profundamente a vida económica, política e social portuense da segunda metade do século XX e ainda deixa as suas marcas.

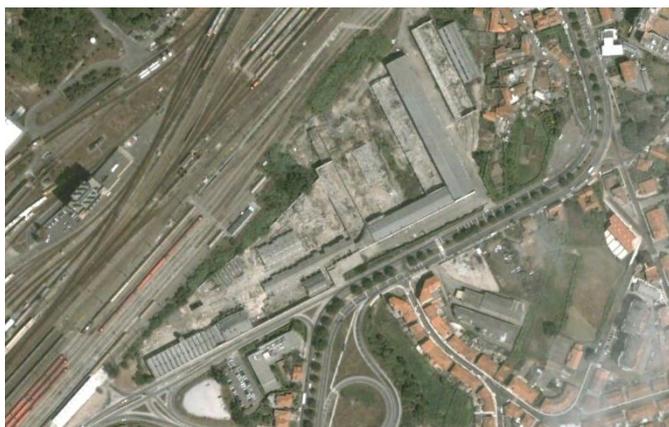
Desde logo, para aqueles que vêm arrastar-se, desde 1998, nos tribunais portugueses, os processos de pedidos de indemnização; para aqueles que vivenciaram os primeiros passos da CPC e lá passaram as suas vidas (ou até mesmo para os seus visitantes) e que, ao lançarem hoje um olhar retrospectivo, dificilmente hoje compreenderem como é que tamanho projecto teve tão triste desfecho.

Por outro lado, a construção da CPC e a sua existência ao longo de sessenta anos permitiu o desenvolvimento urbanístico daquela zona da freguesia, onde foram criados inúmeros arruamentos, até então inexistentes, e onde foi construída habitação, ora por iniciativa privada ora por iniciativa do Estado Novo. São exemplos da habitação social envolvente o Bairro de S. João de Deus (a Norte) – comumente referido como um dos

---

<sup>38</sup> WIRTH, Louis – “Urbanismo como modo de vida”. In Fortuna, Carlos (org.) - **Cidade, Cultura e Globalização**. Oeiras: Celta Editora, [1938] 1997, p. 47.

maiores mercado de estupefacientes da cidade do Porto, mas entretanto demolido –, o Bairro de S. Roque e de Contumil (a Oeste) e o Bairro de Cerco do Porto (a Sul)<sup>39</sup>. Mas urbanismo, pensado como forma de organização social, reflete também tudo aquilo que a cidade é capaz de oferecer e organizar: o urbanismo como um sistema de organização social que implica uma estrutura social particular, uma série de instituições e um padrão típico de relações sociais. Assim, produz-se o espaço como se concebe a sociedade, pelo que, quando uma das componentes cai, é expectável que esse mesmo espaço (que é simultaneamente espaço vivido e mundo de representações) se transforme afetando definitivamente as relações sociais, numa cadeia de consequências próprias do dinamismo das sociedades urbanas.



**Fig. 17** – Perspectiva aérea sobre as instalações da CPC em 2003, parcialmente demolidas.<sup>40</sup>



<sup>39</sup> O Bairro S. João de Deus foi projectado nos anos cinquenta e inaugurado no inícios da década de sessenta, tendo sido totalmente demolido em 2008. O Bairro de S. Roque foi inaugurado em 1962, o de Contumil em 1975 e o Bairro do Cerco do Porto foi inaugurado no ano de 1963.

<sup>40</sup> Fonte: Google Earth Software.

**Fig. 18** – Perspectiva aérea sobre as actuais ruínas da CPC.<sup>41</sup>

---

<sup>41</sup> Fonte: Google Maps (<https://maps.google.pt/>)

Ademais, com o encerramento da CPC, assistiu-se à recomposição sócio-espaical do contexto, com um “aumento quantitativo e qualitativo dos excluídos da e na cidade urbanizada”<sup>42</sup>, uma exclusão que não é apenas económica, mas também de participação civil, política e social, sobre um cada vez maior número de indivíduos que são também eles cada vez mais heterogêneos. Uma exclusão que se gera num território específico de esvaziamento e abandono industrial, abrindo espaço ao surgimento de dinâmicas de apropriação marginais, de consumo de substâncias e de trabalho sexual. São contextos desviantes, “lugares onde a cidade se irrompe” e os quais Luís Fernandes<sup>43</sup> apelida de “espaços marginais”, caracterizados precisamente pelo afastamento (característica topológica) e o desvio (característica comportamental). No interior destes espaços encontramos outros: os territórios psicotrópicos que não são mais do que lugares de concentração de indivíduos com ligações às drogas, portanto, territórios que têm a função de atrair “indivíduos com interesse comum num estilo de vida em que as drogas desempenham um papel significativo”<sup>44</sup>.



o lhac e um  
76.

o FERNANDES, Luís – O sítio das drogas. Lisboa: Editorial notícias. 1998.

<sup>44</sup> Ibidem, p. 164.

**Fig. 19 - 22** – Imagens das dos pavilhões da CPC em ruínas e fachada vandalizada em 2007. (autor HL)

Por fim, do ponto de vista da apropriação do espaço, o encerramento da CPC veio aprofundar a descontinuidade territorial e social do meio envolvente. Com o desaparecimento da CPC, acentuou-se a problematização da cidade assente numa estrutura centro/periferia. Uma estrutura que é física, mas que é sobretudo social e simbólica<sup>45</sup>, “tornando os centros cada vez mais centros de poder e de decisão e as periferias cada vez mais espaços subalternos e destituídos”<sup>46</sup>.

\*\*\*

Em 2000, os terrenos da companhia foram comprados pela empresa Sonae<sup>47</sup> com a intenção de lá instalar um hipermercado Continente. O pedido de licenciamento do projecto de construção deu entrada na Câmara Municipal do Porto no ano de 2001. Na altura, pretendia-se transformar 42 mil metros quadrados (dos 56,2 mil ocupados pela área da fábrica) numa zona comercial idêntica a muitas que a Sonae possui por todo o país: um hipermercado com dois pisos, várias lojas de apoio e um parque de estacionamento com capacidade para cerca de mil automóveis. «Prevvia-se que a obra demorasse, no máximo, dois anos a estar concluída. Só que a transformação da Fábrica de Cobre numa área comercial foi rejeitada, no mesmo ano, pelo GAPE, um gabinete criado pela gestão do agora presidente da Câmara do Porto, Nuno Cardoso, para analisar projectos urbanísticos de maior envergadura»<sup>48</sup>. Entretanto, dez anos volvidos, em 2010 a SC Assets – empresa detida pela Sonae Capital, responsável pela gestão dos activos imobiliários do grupo – anunciou que os terrenos ocupados pela antiga fábrica têm agora viabilidade para

<sup>45</sup> GUERRA, Paula – A cidade na encruzilhada do urbano: elementos para uma abordagem de um objecto complexo. *Sociologia*. N.º 13, p. 69-119.

<sup>46</sup> Ibidem, p. 93.

<sup>47</sup> A Sonae é um dos maiores grupos económicos portugueses privados e actua nas indústrias do retalho (alimentar e não alimentar, centros comerciais, telecomunicações, propriedades e gestão de investimentos.

<sup>48</sup> Hermana Cruz, in *Jornal de Notícias*, 26 de Outubro de 2010.

construção de habitação e comércio. Os cerca de 56,2 mil metros quadrados da propriedade foram colocados à venda por 12 milhões de euros<sup>49</sup>.

Não obstante, até à data de elaboração deste artigo, os terrenos da antiga CPC continuam sem comprador e disponíveis para alienação, permanecendo assim como um espaço sinistro, abandonado, frequentemente violado e vandalizado, um esqueleto gigante de betão e lixo, contrastando com o colossal Centro Comercial Parque Nascente, do outro lado da Estrada da Circunvalação.

Uma sociedade global não se projecta no espaço: ela faz-se e desfaz-se no espaço. A comunidade do lugar ‘das Gueifas’ fez-se no espaço da CPC e, sem uma solução conjunta, nele se desfará.

### **Hernâni Lamego**

Apontamento Biográfico:

Licenciado em Arqueologia pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Mestre em Arqueologia Forense e Investigação de Cena de Crime pela Universidade de Bradford, Reino Unido. É arqueólogo sénior sob a forma de consultor independente na área da arqueologia comercial em Portugal e Inglaterra.

### **Fontes arquivísticas:**

264/1944 – Construção de muro.  
521/1944 – Construção de fábrica.  
243/1947 – Construção de fábrica.  
231/1949 – Construção de armazém.  
388/1952 – Transformação das garagens.  
263/1953 – Alteração de muro.  
535/1954 – Ampliação de fábrica.  
435/1955 – Construção de pavilhão.  
221/1958 – Ampliação de prédio.  
285/1959 – Ampliação de fábrica.  
63/1961 – Legalização de obras.  
83/1961 – Construção de muro/vedação.  
136/1961 – Legalização de obras.  
709/1961 – Construção de prédio.  
4/1963 – Construção de edifício.

---

<sup>49</sup> Ibidem.

56/1964 – Remodelação de oficina.  
310/1965 – Construção de alpendres.  
397/1965 – Ampliação de fábrica.  
292/1966 – Construção de pavilhão.  
179/1970 – Ampliação de unidade fabril.  
628/1972 – Construção de prédio (novos escritórios).  
279/1978 – Ampliação de unidade fabril.  
210/1980 – Ampliação e modificação de prédio.  
153/1982 – Construção de pavilhão fabril.  
135/1986 – Construção de pavilhão. (4 volumes de licenças)  
Construção de pavilhão “Secção de fábrica de embalagens de madeira”.  
Construção de 2 edifícios “alterações de fundição”.  
Projecto elaborado pela EFACEC – Empresa Fabril de Máquinas Electricas, SA 1990, pág 221  
Acervo do Museu da Indústria do Porto.